



## Convenção Portugal – Angola

### Cobertura de Riscos de Créditos à Exportação

#### Montante e Moeda dos Contratos

O montante máximo é de € 1.500 milhões e funciona numa base revolutiva.  
A moeda dos contratos é o Euro.

#### Âmbito

Nos termos da Convenção, a República Portuguesa compromete-se a conceder, através da COSEC, agindo na sua qualidade de agência de créditos à exportação (COSEC-SCGE), a cobertura de riscos de créditos inerentes à exportação de bens de equipamento e serviços de origem portuguesa destinados à República de Angola e esta compromete-se a garantir, através do seu Ministério das Finanças, o bom pagamento e a transferência dos montantes relativos às exportações efetuadas ao abrigo da Convenção.

#### Bens e Serviços Elegíveis

Os bens de equipamento e serviços incluem, designadamente:

- Máquinas e equipamentos
- Construção e reparação naval e aeronáutica
- Empreitadas de construção civil e obras públicas
- Empreendimentos na modalidade “chave na mão”
- Empreitadas para implementação de agroindústrias
- Estudos e projetos
- Assistência técnica

#### Tipo de Cobertura

A referida cobertura assumirá, tipicamente, a forma de seguro de créditos financeiros destinada a segurar os financiamentos concedidos por instituições de crédito ao Ministério das Finanças de Angola. Os financiamentos poderão ainda ser dirigidos a outras instituições de crédito angolanas ou a importadores angolanos aceitáveis pela COSEC-SCGE. Pode ainda ser abrangida a modalidade de seguro de créditos à exportação.

#### Características das Operações

As operações de crédito abrangidas devem respeitar a disciplina do Consensus da OCDE ([www.oecd.org](http://www.oecd.org)), nomeadamente, no que diz respeito ao pagamento inicial (mínimo de 15% do valor do contrato) e em que pode ser incluído 100% do prémio de seguro. O prazo de reembolso não deverá ultrapassar 10 anos, salvo em casos devidamente justificados.



## Procedimento

Os contratos, aprovados pelas autoridades competentes de Angola (priorização ou imputação prévia) são remetidos ao Ministério das Finanças em Portugal para efeitos do seu enquadramento (aprovação de imputação).

Após a imputação, o processo prossegue junto da COSEC – SCGE, que diligencia junto do exportador e da instituição financiadora por este escolhida, a apresentação do pedido formal de cobertura com vista à sua inclusão na Convenção.

A análise das operações a enquadrar na Convenção é casuística podendo o montante garantido abranger capital (onde poderá ser incluído o prémio de seguro desde que integrado no valor do contrato de exportação) e juros remuneratórios com um limite a estabelecer casuisticamente.

A aprovação da cobertura das operações da cobertura pelo seguro é da competência do Ministério das Finanças, sob proposta da COSEC-SCGE.

## Condições de Cobertura do Seguro COSEC

- Percentagem de cobertura: 95%
- Prazo constitutivo do sinistro: 3 meses
- Prazo para pagamento da indemnização: 30 dias
- Âmbito da cobertura: 85% do capital mais o prémio de seguro, acrescido dos juros remuneratórios.

## Contactos

Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos junto do Sistema de Seguros de Créditos com Garantia do Estado (COSEC-SCGE):

- Telefone: (351) 21 791 38 32
- Mail: [scge@cosec.pt](mailto:scge@cosec.pt)
- Website: [www.scge.pt](http://www.scge.pt)